

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

Capítulo 1

TEORIA DO FATO JURÍDICO E O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL	23
--	-----------

1.1 Considerações iniciais.....	23
1.2 Teoria do fato jurídico.....	24
1.3 Classificação do fato jurídico	26
1.4 Teoria do fato jurídico processual.....	31
1.5 Norma jurídica processual	37
1.6 Situação jurídica processual: ônus, poderes, deveres e faculdades	40
1.7 Classificação do fato jurídico processual.....	45
1.8 Publicismo e a repulsa ao negócio jurídico processual.....	47
1.9 Admissão do negócio jurídico processual	53
1.10 Breve notícia do negócio jurídico processual em outros ordenamentos	58
1.11 Instrumentalismo, modelo constitucional do processo e o negócio jurídico processual	63
1.12 Cooperação e o negócio jurídico processual.....	67
1.13 Terminologia	70
1.14 Classificação das convenções processuais.....	73
1.14.1 Convenção processual típica e atípica.....	73
1.14.2 Convenção processual prévia e incidental.....	74
1.14.3 Convenção processual onerosa e gratuita.....	75
1.14.4 Convenção processual solene e não solene	77
1.14.5 Convenção processual obrigacional (sobre situações jurídicas processuais) e dispositiva (sobre atos do procedimento).....	78

1.14.6 Protocolos institucionais.....	79
1.15 Conceito de convenção processual	81
1.16 Conclusão parcial.....	81

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO DA CONVENÇÃO PROCESSUAL.... 83

2.1 Considerações iniciais.....	83
2.2 Regime jurídico aplicável	83
2.3 Existência.....	85
2.4 Validade	88
2.5 Filtros subjetivos de validade	88
2.5.1 Capacidade	88
2.5.2 Juiz não é parte do negócio jurídico processual	91
2.5.3 Ausência de defeitos na manifestação de vontade	95
2.5.4 Ausência de situação de manifesta vulnerabilidade	98
2.5.5 Vício na manifestação de vontade por inserção abusiva em contrato de adesão	99
2.6 Filtros objetivos de validade	100
2.6.1 Objeto determinado ou determinável, possível e lícito	100
2.6.2 Direitos que admitam autocomposição	102
2.7 Limites objetivos.....	105
2.7.1 A insuficiência de conceitos jurídicos indeterminados	105
2.7.2 Impossibilidade de se convencionar sobre situações processuais de terceiros e do Estado-Juiz.....	108
2.7.3 Matéria submetida à reserva legal	110
2.7.4 Observância aos contornos impostos pelos negócios processuais típicos.....	110
2.7.5 Preservação do núcleo essencial dos direitos proces- suais fundamentais.....	111
2.8 Forma.....	117
2.9 Eficácia	119
2.9.1 Homologação judicial.....	120
2.9.2 Inserção de condição ou termo	121
2.10 Controle judicial do negócio processual	123
2.10.1 Iniciativa e forma para o controle judicial.....	123

2.10.2 Contraditório prévio e fundamentação	124
2.10.3 Regime jurídico do controle judicial de validade	125
2.10.4 Princípio da liberdade no processo	125
2.11 Descumprimento da convenção processual	132
2.12 Conclusão parcial	134

Capítulo 3

REGIME JURÍDICO DA CONVENÇÃO PROCESSUAL NA TUTELA COLETIVA	137
3.1 Considerações iniciais	137
3.2 Introdução à tutela coletiva	137
3.3 Delimitação conceitual	141
3.4 Especificidades do processo coletivo	143
3.4.1 Vetores de funcionamento do processo coletivo	143
3.4.2 Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	148
3.4.3 Legitimidade ativa e representatividade adequada	152
3.4.4 Competência	155
3.4.5 Inversão do ônus da prova e atividade probatória pelo juiz	156
3.4.6 Desistência da ação, renúncia ao direito de recorrer e desistência do recurso	158
3.4.7 Coisa julgada	160
3.5 Introdução da convenção processual na tutela coletiva	162
3.6 Indisponibilidade do direito material e a admissão do negócio processual	163
3.7 Parâmetro de negócio jurídico na tutela coletiva: compromisso de ajustamento de conduta	165
3.8 Limites específicos objetivos de validade	172
3.8.1 Intangibilidade do direito material	173
3.8.2 Vedação à alteração do sistema de legitimação de agir e da coisa julgada na tutela coletiva: matéria submetida à reserva legal	178
3.8.3 Alteração consensual de regras processuais especiais: critério do benefício à tutela coletiva	180

3.8.4	Preservação do núcleo essencial dos direitos processuais fundamentais no processo coletivo.....	185
3.9	Filtros subjetivos: legitimidade e representatividade adequada para firmar convenção processual.....	189
3.9.1	Entidades associativas	190
3.9.2	Poder público.....	195
3.9.3	Defensoria Pública.....	197
3.9.4	Autor popular.....	198
3.9.5	Ministério Público	199
3.9.6	Coletividade no polo passivo.....	201
3.10	Alcance subjetivo da convenção processual na tutela coletiva....	205
3.10.1	Legitimados que não subscreveram o negócio processual.....	206
3.10.2	Lesados individuais	214
3.11	Distinção entre convenção processual dispositiva e obrigacional: reflexos no âmbito da tutela coletiva	218
3.12	Forma	220
3.12.1	Requisitos gerais.....	220
3.12.2	Requisitos específicos: motivação e publicidade	220
3.13	Eficácia	224
3.13.1	Homologação pelo Conselho Superior ou pela Câmara de Coordenação e Revisão.....	226
3.13.2	Autonomia da convenção processual inserida como cláusula de compromisso de ajustamento de conduta ...	228
3.13.3	Critério temporal	230
3.13.4	Eficácia da convenção processual de desistência da ação, desistência ou renúncia de recurso na tutela coletiva	231
3.14	Parâmetros específicos para o controle judicial da convenção processual na tutela coletiva	232
3.14.1	Controle da intangibilidade do direito material e da representatividade adequada.....	232
3.14.2	Alcance da liberdade processual na tutela coletiva	233
3.15	Controle da convenção processual pelo Ministério Público	234
3.16	Conclusão parcial.....	236

Capítulo 4

CONVENÇÕES PROCESSUAIS TÍPICAS E ATÍPICAS NO PROCESSO COLETIVO.....	239
4.1. Convenção de eleição de foro: artigo 63 do CPC/2015.....	239
4.2. Convenção de calendário processual: artigo 191 do CPC/2015.....	240
4.3. Convenção de suspensão do processo: artigo 265, II, do CPC/2015.....	242
4.4. Convenção de saneamento do processo: artigo 357, § 2º, do CPC/2015.....	243
4.5. Convenção sobre o ônus da prova: artigo 373, §§ 3º e 4º, do CPC/2015.....	245
4.6. Convenção de escolha do perito: artigo 471 do CPC/2015.....	246
4.7. Convenção de arbitragem na tutela coletiva.....	247
4.8. Convenção processual atípica sobre custas, despesas e honorários processuais.....	255
4.9. Convenção processual atípica sobre a prova.....	256
4.10. Convenção processual atípica de supressão de instância.....	258
4.11. Convenção processual atípica de escolha do processo coletivo como causa piloto em recursos repetitivos.....	263
4.12. Convenção processual atípica de cientificação dos lesados individuais acerca da ação coletiva.....	265
4.13. Convenção processual atípica sobre o prazo previsto no artigo 104 do CDC.....	266
4.14. Convenção processual atípica sobre comunicação dos atos processuais.....	267
4.15. Convenção processual atípica de promessa de não processar (<i>pactum de non petendo</i>).....	267
4.16. Convenção processual sobre execução ou cumprimento de sentença coletiva.....	270
4.17. Convenção processual em ações que versem sobre atos de improbidade administrativa.....	276
CONCLUSÃO.....	279
REFERÊNCIAS.....	283